

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 5ª REGIÃO/BAHIA, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2018.

Aos oito dias do mês de março de 2018, às doze horas e trinta minutos, na sede do Corecon/BA, localizada na Rua Frederico Simões, 98 sala 505, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do Corecon/BA para discutir e deliberar a seguinte Pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – realizada no dia 20 de fevereiro de 2018. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE - 2.1 – Expediente encaminhado ao Cofecon – RJU e Orçamento dos Conselhos - 2.2 – Câmara de mediação e arbitragem. III – ORDEM DO DIA: 3.1 – Apoio financeiro para o Since 2018. 3.2 – Prestação de contas de 2017. 3.3 – Plano de Ações. 3.4 – Proposta de Comunicação. O que ocorrer. O Vice-presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco deu início aos trabalhos da Sessão com a presença dos Conselheiros Paulo Dantas da Costa, Oswaldo Guerra, Gustavo Casseb Pessoti, Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, Alex Gama dos Santos, Luiz José Pimenta e Marcus Emerson Verhine. Participaram também da Plenária o Superintendente do Corecon/BA, Bruno Pires Sacramento e a Assessora de Comunicação Livia Santana. Justificaram suas ausências os Conselheiros Marcelo José dos Santos, Nei Bandeira e Maria Lúcia Carvalho. Após verificação do *quórum*, o Vice-presidente Rodolfo Lujan deu início a discussão da Pauta, informando que o Presidente Reinaldo Dantas Sampaio estava em viagem de trabalho e pediu que conduzisse a Plenária para que os trabalhos no Corecon/BA não ficassem prejudicados. I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – realizada no dia 20 de fevereiro de 2018. A referida Ata foi aprovada por todos. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE - 2.1 – Expediente encaminhado ao Cofecon – RJU e Orçamento dos Conselhos. O Vice-presidente relatou que o Corecon/BA encaminhou um expediente ao Cofecon relativo ao enquadramento do quadro funcional dos Conselhos no RJU – Regime Jurídico Único, bem como a possibilidade dos orçamentos dos Conselhos de Classe serem agregados ao orçamento da União, pedindo manifestação do Cofecon mas até a presente data não obteve resposta. O Vice-Presidente manifestou preocupação com os Conselhos caso os recursos passem para as contas da União, especialmente Conselhos como de Medicina e Crea, sujeitos aos contingenciamentos que são praticados e às regras orçamentárias existentes. Mencionou que caso seja aprovado, será praticamente impossível fiscalizar o exercício profissional, além do risco que a sociedade vai correr com profissionais exercendo ilegalmente as diversas profissões. O Conselheiro Paulo Dantas informou que este assunto não é novo e quando esteve Presidente do Cofecon foi ao Ministério do Planejamento para tratar do assunto e a Assessora que o recebeu informou que o assunto realmente era discutido mas que não tinha a possibilidade de prosperar, porém, voltou agora à tona. Continuou dizendo que apesar de alguns Conselhos arrecadarem bem mais que outros menores, no final o total dos recursos nas contas dos Conselhos significará praticamente nada se comparado com os recursos da União, achando pouco provável prosperar. O Contador Pedro Gomes informou que no sentido de ajudar o Corecon/BA, foi ler sobre o assunto e percebeu que a matéria é inclusive inconstitucional. O Conselheiro Paulo Dantas informou sobre o “Conselhão”, órgão representativo dos Conselhos das Profissões regulamentadas, funcionava relativamente bem, porém não saberia informar como tem se comportado atualmente. 2.2 – Câmara de mediação e arbitragem. O Vice-presidente Rodolfo Lujan solicitou ao Conselheiro Paulo Dantas que se manifestasse sobre o assunto. O Conselheiro Paulo

Dantas informou que entrou em contato com o pessoal do Corecon/PR, pois era o que se tinha de referência em relação ao assunto e foi informado que lá o assunto ainda estava no campo das ideias e que do ponto de vista prático não havia nada de concreto. Continuou informando que ficou sabendo que em São Paulo parece que o assunto está caminhando. Disse ainda que entrou em contato com o Corecon/RN através de Marcos Valério e foi informado que parece um pouco complexo criar uma Câmara de Mediação e Arbitragem, vez que, dentre outras coisas, é preciso a anuência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Informou que no Rio Grande do Norte um advogado conseguiu constituir uma Câmara de Mediação e Arbitragem, que os economistas atuam como mediadores e quando necessário a Câmara se instala nas dependências do Corecon/RN, dando a impressão ser do Corecon. Mencionou sobre a gama de benefícios que o profissional economista pode ter, especialmente quando as mediações e arbitragens versarem sobre temas de natureza econômico-financeira que normalmente envolvem valores financeiros consideráveis. Informou que conversou preliminarmente com o Presidente Reinaldo Sampaio sobre uma Câmara que funciona na Associação Comercial da Bahia e que gostaria de uma reunião com ele e com o sr. Alberto Vaz Sampaio sobre o assunto. O Conselheiro Luiz Pimenta informou que teve um problema com uma empresa francesa e que a empresa sugeriu solucionar a questão em uma Câmara de Mediação e Arbitragem na França, o que não foi aceito, sendo o assunto conduzido a uma Câmara de Mediação no Rio ou São Paulo. Informou que na Europa é natural se resolver questões de naturezas diversas através das Câmaras de Mediação e Arbitragem, cujo custo é bem menor, o procedimento é mais ágil e ainda alivia a justiça. Salientou que é comum as multinacionais instaladas no Brasil buscarem as Câmaras para resolverem suas questões.

III – ORDEM DO DIA: 3.1 – Apoio financeiro para o Since 2018. O Vice-presidente Rodolfo Lujan informou que recebeu expediente do Corecon/RO, solicitando apoio financeiro para o Since que acontecerá em setembro do corrente ano. Disse ainda que no último Since do Rio Grande do Norte, o Corecon/BA apoiou com R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mas, entendia que neste momento em que se passa por uma crise financeira, esses apoios deveriam ser reavaliados. O Conselheiro Oswaldo Guerra concordou com o valor do apoio financeiro e que tendo em vista ser um iniciante no sistema gostaria de obter informações sobre o evento. O Vice-presidente informou que era um evento do Sistema Cofecon/Corecon's, custeado pelo Cofecon e o Conselho que sediar, mas os regionais também apoiam financeiramente de acordo com suas disponibilidades. O Conselheiro Paulo Dantas informou que o Sistema tem dois grandes eventos que acontecem em anos alternados, o Congresso Brasileiro de Economistas e o Since. O Superintendente Bruno Pires informou que é um *fórum* onde se discute temas econômicos, mas principalmente assuntos do sistema, sendo completamente diferente do Congresso. Disse que normalmente os Conselhos vão em delegações, tendo em vista assuntos que são votados e cada regional tem um número de delegados de acordo com o número de ECV's – Economistas em Condições de Votar. Finalizou dizendo que os Corecon's serão chamados a encaminhar propostas para serem discutidas e deliberadas no evento. Colocado em discussão pelo Vice-presidente Rodolfo Lujan, o Plenário deliberou por apoiar o evento com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

3.2 – Prestação de contas de 2017. O Vice-presidente Rodolfo Lujan solicitou ao Contador Pedro Gomes que fizesse uma breve explanação sobre as contas do Corecon. Com a palavra, o Contador seguindo a apresentação na tela, do Balanço Orçamentário, informou que a

peça sintetiza as previsões de Receitas e Despesas Orçamentárias e a execução de cada uma das fontes de receitas e das categorias econômicas de despesa. Enfatizou que houve uma expressiva frustração na arrecadação na fonte “Outras Receitas Correntes”, onde são classificadas as receitas arrecadadas da cobrança da dívida ativa. Tal redução, sabe-se, é decorrente da diminuição do estoque dos créditos a receber nessa rubrica e do parcelamento concedido para o seu pagamento. No Balanço Orçamentário, o Contador destacou o resultado da execução orçamentária, que apresentou um déficit de R\$ 96.791,16 (noventa e seis mil, setecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos), causado, possivelmente, pela frustração na arrecadação de receitas. A seguir, o Contador prestou informações sobre o Balanço Financeiro, que demonstra somente, os valores da execução, tanto das receitas orçamentárias como das extraorçamentárias, assim como, as despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Continuo informando que o Balanço Financeiro, destaca os saldos financeiros oriundos do exercício anterior e os que passam para o exercício seguinte. Saliou que houve uma redução de disponibilidades do ano anterior (2016) para o ano de 2017, de R\$ 70.117,23 (setenta mil, cento e dezessete reais e vinte e três centavos). A seguir o Contador passou a explicar sobre as contas do Balanço Patrimonial, especialmente, sobre o Ativo Financeiro, com saldo de R\$ 1.125.807,49 (hum milhão, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e sete reais e quarenta e nove centavos) que, comparado com o Passivo Financeiro, com saldo de R\$ 60.249,49 (sessenta mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos), demonstra excelente índice de liquidez. Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Contador explicou que o resultado econômico do exercício foi superavitário no total de R\$ 98.723,11 (noventa e oito mil, setecentos e vinte e três reais e onze centavos), apesar do resultado da execução orçamentária ter sido deficitária. Explicou ainda que o resultado econômico foi superavitário, em decorrência da inscrição de novos créditos em Dívida Ativa. Quanto a informações detalhadas sobre cada fonte de receita ou de elementos de despesa, o Contador informou que essas informações poderiam ser obtidas nos seguintes demonstrativos: “Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada” e no “Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada”. Na sequência, o Contador distribuiu entre os presentes um “Demonstrativo” onde estão resumidas as receitas arrecadadas e despesas realizadas no período de 2013 a 2017. Posta em discussão, pelo Vice-presidente, o Conselheiro Oswaldo Guerra observou que no elemento de despesas Serviços de Terceiros, haviam despesas no valor de R\$ 453.354,26 (quatrocentos e cinquenta três mil, trezentos e cinquenta quatro reais e vinte seis centavos), representando 36% da despesa total, pedindo ao Contador que informasse sobre a composição daquela conta. O Contador informou que naquele elemento de despesa, constavam dentre outras despesas, as relativas com honorários advocatícios e dos demais prestadores de serviço, bolsas de estagiários, aluguel de notebooks, taxa de condomínio, apoios financeiros a outras entidades, gastos com premiações e Semana do Economista, despesas com eleição, postagens de correspondências via Correios, publicação de editais em diários oficiais e jornais, passagens aéreas etc. O Conselheiro Oswaldo Guerra continuou dizendo que diante dos elevados gastos com aquela conta, é preciso que a mesma seja discriminada por itens pelo Contador e pela CTC - Comissão de Tomadas de Contas para apreciação na próxima Plenária. O Conselheiro Gustavo Pessoti disse que é preciso que tenhamos mais e melhores informações sobre a saúde financeira do Corecon, até para apoiar ou não determinados eventos. O

Conselheiro Raimundo Gavazza concordou com a sugestão do Conselheiro Oswaldo Guerra, ressaltando que com nas contas não haviam irregularidades, mas que realmente é necessário conhecer a conta detalhadamente, defendendo o ato legal de aprovação das mesmas. Concluiu dizendo que diante do fato do déficit apresentado, tendo em vista a redução da receita, recomendou um aprofundamento nas contas, a fim de nortear ações futuras, para não comprometer as contas da Corecon. O Superintendente informou que a prestação de contas já havia sido aprovada pela Comissão da Tomada de Contas e que precisava ser votada pelo Plenário. Colocada em votação pelo Vice-presidente a prestação de contas do exercício de 2017 foi aprovada por todos.

3.3 – Plano de Ações.

O Vice-presidente informou que trazia ao conhecimento dos Conselheiros o Plano de Ações do Corecon e que, para a sua execução precisaria da colaboração dos Conselheiros, devendo estabelecer responsáveis pelas ações. Solicitou à Assessora de Comunicação do Corecon, Lívia Santana, que apresentasse o Plano de Ações da entidade para o ano de 2018. No tocante ao Corecon Visita, o Conselheiro Emerson Verhine recomendou que o Conselho tenha um produto a apresentar nas visitas que for fazer, caso contrário, serão visitas que não trarão benefícios ao Corecon. Informou que na FIEB o Presidente recebe visita de entidades como CRA, CREA e outros, mas se chegam sem um produto a oferecer, quando vão embora permanece o mesmo vazio e distanciamento entre as entidades, ganhando um caráter meramente institucional. O Conselheiro Gustavo Pessoti recomendou, que para o tópico Corecon Visita, seja criada uma Comissão para avaliar mais precisamente quais entidades vale à pena visitar, a melhor estratégia a utilizar e o que o Corecon pode oferecer. Continuou dizendo que o Corecon tem um plenário representativo dos diversos setores, empresarial, acadêmico, público e sugeriu que a Comissão fosse composta pelo Presidente Reinaldo Sampaio, pelos Conselheiros Raimundo Gavazza, Paulo Dantas e por ele próprio. O Conselheiro Raimundo Gavazza sugeriu que fosse criado um folder institucional alusivo ao profissional economista, mas com conteúdo diferenciado a depender da entidade a ser visitada e que todos os Conselheiros deveriam se mobilizar arranjando tempo em suas agendas. O Conselheiro Oswaldo Guerra perguntou se o Corecon não poderia fazer uma parceria com a SEI para a criação desse produto que poderia ser, por exemplo, um estudo sobre o mercado imobiliário. O Conselheiro Emerson Verhine disse que poderia ser até uma sondagem com os economistas, algo feito por amostragem, sobre as expectativas da economia baiana. O Conselheiro Luiz Pimenta disse que vivemos um momento complicado e que em 2004 resolveu voltar à faculdade para estudar o setor automobilístico, sua área de atuação. Percebeu enormes transformações com novos modelos de empresas e gerenciamentos. Concluiu dizendo que nos últimos dois anos, no setor automobilístico foram fechados mais de dois mil pontos de vendas causando o desemprego de milhares de pessoas, que são assuntos que merecem a análise do Conselho e que, a partir disto, pode surgir um produto viável para o Corecon apresentar ao mercado. A Assessora Lívia informou que o Plano que foi encaminhado para todos é o resultado de uma reunião prévia com o Presidente Reinaldo Sampaio e posteriormente com o Vice-presidente Rodolfo Lujan, para deliberação com os Conselheiros. Dentro do Plano de Ação, foi deliberada a realização de três plenárias ampliadas com as seguintes temáticas: Ponte Salvador – Itaparica e sua viabilidade econômica, Formação do Economista e as novas demandas do mercado e Conjuntura política e as perspectivas para a Economia (pré e pós eleição). Definiu-se que a primeira plenária

ampliada será em maio, com data ainda não definida, sobre a Formação do Economista, com a presença de coordenadores de IES do Estado, a serem convidados pelo Conselheiro Gustavo Pessoti. Durante a reunião, será redigido um documento assinado pelo Plenário, com um panorama sobre a formação profissional do economista, para ser apresentado como proposta de discussão no SINCE. Em julho, será promovido o debate sobre a Ponte Salvador-Itaparica. A conjuntura política e as perspectivas para a economia no período pré-eleições será um dos temas da Semana da Economista. Foi recomendada a definição de um critério para convidar representantes de cada candidato, a fim de que o debate seja equilibrado (três principais candidatos). Sobre o livro Reflexões de Economistas Baianos, foi sugerido pelo conselheiro Gustavo Pessoti, e acatado pelos demais, o lançamento da edição 2017 durante a plenária ampliada de julho, tendo em vista a redução de custos. A definição final sobre o formato do lançamento foi postergada para uma próxima plenária. O Conselheiro Gustavo Pessoti declarou que o curso de economia da UESB completará 20 anos e o Livro de 2018 poderia ser semelhante ao comemorativo dos 50 anos do Curso de Economia da UESC, sugerindo um contato do Corecon com a UESB para tratar do assunto em vez de esperar que eles façam. Se comprometeu a redigir uma minuta de email, para encaminhar à UESB, a fim de viabilizar a parceria para produzir a publicação. IV – O que ocorrer. Devido ao adiantado da hora e tempo prolongado da Plenária, não houve discussão nesse item, ficando para discussão da próxima Plenária o item Prêmio de Monografia do Plano de Ações. Nada mais havendo a ser tratado, o Vice-presidente Carlos Rodolfo Lujan Franco encerrou os trabalhos da Sessão e eu, Bruno Pires Sacramento, lavrei a presente ata que segue assinada por todos os Conselheiros presentes. Salvador, 8 de março de 2018.